

UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE
Centro de Educação, Filosofia e Teologia- CEFT

SELMA BRITO DE OLIVEIRA

**AS ESCOLAS NA ZONA RURAL, AS
DIFICULDADES E O FECHAMENTO: EDUCAÇÃO NO
CAMPO**

São Paulo

2022

SELMA BRITO DE OLIVEIRA

**AS ESCOLAS NA ZONA RURAL, AS DIFICULDADES E
O FECHAMENTO EDUCAÇÃO NO CAMPO**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
à Universidade Presbiteriana Mackenzie,
como parte do curso de Pedagogia
Licenciatura Plena

Orientador: Prof. e Dr. Lamartine Gaspar de
Oliveira

São Paulo

2022

BANCA EXAMINADORA

PROFESSORA E DRA. ANA LUCIA DE SOUZA LOPES

PROFESSOR e DR. CLÁUDIO MACHADO

AGRADECIMENTOS

Toda honra e toda glória ao Senhor, o Deus criador do Céu e da Terra, no qual tem me sustentado e me dado forças para prosseguir toda a jornada da minha vida, e nos estudos não foi diferente, me levando a superar desafios que jamais imaginei encontrar em minha caminhada. Foram muitos obstáculos: pedras, espinhos e uma longa caminhada, mas como está escrito no livro do profeta de I Samuel 7: 12

“Até aqui nos ajudou o SENHOR”

Esse versículo compõem as jornadas nos meus dias difíceis e Ele, o Senhor me segurou por Sua destra para que eu pudesse andar e chegar aqui. Bendito seja o Seu Santo nome!

Quero agradecer ao professor e Dr. Lamartine Gaspar de Oliveira por me orientar-me nos mínimos detalhes deste trabalho de conclusão. Sua paciência, ensinamentos e motivação para resolver questões nos quais estavam distantes dos meus conhecimentos.

A professora e Dra. Ana Lúcia de Souza Lopes presente na banca e por me ajudar muito no primeiro semestre, onde me ensinou o que era um mapa conceitual, com sua paciência e dedicação, mostrando que os alunos são capazes de melhorar nas atividades realizadas.

Ao Professor e DR. Italo Curcio Francisco Cusio no qual desempenhou um excelente papel na minha formação, incentivando a alcançar metas, me encorajando neste curso, mostrando que seria capaz de chegar até aqui, estimulando o meu aprendizado.

A professora (em memória) Wilma Marchione, foi uma professora ainda na minha infância que me ensinou os meus valores, valores da mulher negra. Ela dizia que eu deveria ser respeitada por todos, o fato de ter uma pele escura não me fazia menor do que ninguém. Uma palavra da educadora:

“- A pérola negra é mais valiosa do que a pérola branca.”

Além da professora Wilma me ensinar os valores e direitos de uma criança negra, nos quais eu não conhecia, ela me ensinou os primeiros passos da vida até a morte do Senhor Jesus. Ela me ensinou o fundamento para uma vida inteira, era professora da Escola Estadual Martim Francisco.

Ao Aeja Mack que me acolheu quando na escola pública não me aceitou pela manhã para concluir os meus estudos, o Ensino Fundamental e Ensino Médio, a cada professor que me estimularam e reconhecerem o meu potencial e acreditaram em mim;

Ana Miriã que quando pensei em desistir me deu “um puxão de orelhas” com palavras construtivas.

Luciana Silva que sempre esteve presente na vida do aluno, ajudava quando precisava, foi mais do que uma professora, foi uma amiga e nos momentos difíceis esteve presente mesmo a distância, me incentivou a ir em frente ao meu tema deste trabalho, me encorajando a viajar e a entrevistar moradores da zona rural e ir atrás de pesquisas jornalísticas para melhor conhecer sobre o assunto nos dias atuais.

Ariadne Bomfim que me inspirou com seu carisma e incentivando-me a prestar o vestibular.

Rubens Moura que sempre com o seu jeito amigo mostrando que quem trabalha e estuda é capaz de fazer um curso acadêmico, incentivando a nunca desistir, mesmo quando o cansaço bater.

E por fim, Lara Moraes, professora também do Aeja Mack como os demais, nunca estive diretamente em uma sala de aula com ela, mas sempre me ajudou no meu curso de pedagogia, quando tinha uma palavra que não era do meu conhecimento, eu entrava em contato e ela de prontidão me respondia, as entrevistas que tinha que fazer com profissionais da área e era pandemia, escola não nos recebia, a Lara sempre me atendia por telefone e respondia ou me orientava no que precisava.

RESUMO

Vitória da Conquista, um município do estado da Bahia, onde o prefeito decretou o fechamento das escolas, deixando crianças órfãs na educação. Documentários e entrevista com moradores na zona rural falam e escrevem sobre as dificuldades para conquistar as escolas no campo e, depois de anos de uma conquista educacional, vem a decepção com o fechamento das escolas, enviando crianças para a cidade mais próxima ou para povoados, com transportes com más condições de uso, e essas crianças correm sérios riscos de acidentes nos transportes escolares que a prefeitura tem oferecido. Ainda que a educação seja um direito garantido por leis, o fenômeno do fechamento das escolas do campo cresce desastrosamente no Brasil, impedindo que milhares de sujeitos do campo tenham acesso à escolarização na comunidade rural em que vivem. Isto vem acarretando a sobrevivência daqueles que ainda insistem em permanecer no campo. Nesse sentido, o fechamento de uma escola do campo pode ser visto como um atentado contra a sobrevivência de uma comunidade que padece com ausência de políticas públicas que garantam condições estruturais e essenciais para os sujeitos, dentre elas a educação. Nesse sentido, o fechamento de uma escola do campo pode ser visto como um atentado contra a sobrevivência de uma comunidade que padece com ausência de políticas públicas que garantam condições estruturais e essenciais para os sujeitos, dentre elas a educação. De certo modo, esse tem sido um projeto do capital: esvaziar o campo de gente. Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa com destaque para as questões sociais e sobre fenômenos humanos.

Palavras-chave: educação; educação no campo; fechamento das escolas rurais.

ABSTRACT

Vitória da Conquista, a municipality in the state of Bahia, where the mayor neglected, decreed the closure of schools, leaving children orphans in education. Documentaries and interviews with residents in the countryside talk about the difficulties in winning over schools in the countryside and, after years of educational achievement, comes the disappointment with the closure of schools, sending children to the nearest town or villages, with transport with poor conditions of use, and these children are at serious risk of accidents in school transport that the city has offered. Although education is a right guaranteed by laws, the phenomenon of the closure of rural schools grows disastrously in Brazil, preventing thousands of rural subjects from having access to schooling in the rural community in which they live. This has led to the survival of those who still insist on staying in the countryside. In this sense, the closure of a rural school can be seen as an attempt against the survival of a community that suffers with the absence of public policies that guarantee structural and essential conditions for the subjects, among them education. In this sense, the closure of a rural school can be seen policies that guarantee structural and essential conditions for the subjects, among them education. In a way, this has been a project of capital: to empty the field of people. This is qualitative research with emphasis on social issues and on human phenomena.

Keywords: education; field education; closing of rural school

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	7
JUSTIFICATIVA	10
REFERENCIAL TEÓRICO	11
OBJETIVOS	19
Específicos:	19
METODOLOGIA	20
Capítulo I: AS ESCOLAS DO CAMPO	22
A CHEGADA DA PRIMEIRA ESCOLA NA FAZENDA POÇO CUMPRIDO	24
A ESCOLA REFERENCIAL DA REGIÃO	28
LUTA DO PROFESSOR	31
Capítulo II: O FECHAMENTO DAS ESCOLAS NO CAMPO	35
LEIS QUE PROTEGEM AS ESCOLAS DO CAMPO	37
A REVOLTA DOS MORADORES COM O FECHAMENTO DAS ESCOLAS	39
Capítulo III: ESTADO do MARANHÃO	42
REPORTAGEM DO FANTÁSTICO	43
ENTREVISTA COM MORADORES	44
Capítulo IV CONCLUSÃO	46
REFERÊNCIAS	48
FONTES	50

INTRODUÇÃO

Este trabalho traz uma abordagem sobre educação no campo desde o conceito do tema como exploração sobre o que é educação no campo, e qual a diferença entre educação no/do campo, a nomenclatura de educação rural e educação do/no campo, o surgimento dessa modalidade, sua finalidade, sua história de atuação até os dias atuais, até uma problematização elaborada com resolução a partir dos conhecimentos adquiridos no processo da pesquisa sobre a temática do referente ao trabalho.

As pesquisas sobre as dificuldades para se ter uma escola no campo, as dificuldades, tanto de moradores, como de professores para se adaptarem nas zonas rurais, foram através de entrevistas e conversas com moradores da região e circunvizinhas, assim também com vivências em minha infância, e após ser alfabetizada na capital da cidade de São Paulo, me foi tirado o direito de continuar os estudos, voltando para o campo com apenas a 5ª (série do ciclo Básico) incompleto, atual ensino fundamental I.

Após a fase adulta ao conhecer pessoas que tiveram o mesmo problema educacional no estado do Maranhão e outros estados do nordeste, embora as citações são apenas do estado citado, fiz entrevista e conversas com pessoas que tiveram as mesmas dificuldades e moram na cidade de São Paulo e são semianalfabetas, além de conversar com essas pessoas, há matérias do Fantástico e reportagem do Canal Futura que mostram o drama de moradores com as escolas do campo sendo fechadas, e assim, desrespeitando os direitos de seus filhos irem à escola, tirando o direito de uma educação na qual é estabelecida pela Constituição Federal.

Traz uma reflexão sobre a importância dessa modalidade dentro do sistema educacional no Brasil defendida pela Constituição Federal, dentro da LDB (Lei de Diretrizes e Bases). Uma modalidade que precisa ser pensada com seriedade dentro das práticas educacionais, com uma relevância para o público da zona rural dos municípios.

A necessidade de ter políticas públicas, currículos, Projetos Políticos Pedagógicos que incluam essa modalidade atendendo esse público.

Desafios encontrados durante toda sua trajetória até os tempos atuais, tais como fechamentos de escolas, falta de pedagogias próprias do campo, alunos do campo estudando em escolas urbanas, turmas multisseriadas entre outros. Mas também com muitas lutas e conquistas, uma abordagem que traz uma reflexão sobre o direito de uma

educação de qualidade para esses alunos em todos os aspectos socioculturais dentro dos currículos e documentos que os norteiam.

A educação do campo é uma modalidade de ensino muito importante no sistema educacional porque ela inclui o público que vive no campo, meio rural. Quando se fala em educação do campo está se falando de uma educação no campo de qualidade dentro das realidades camponesas, no entanto, se ver a relevância que se fala da educação do campo.

Rosa e Caetano (2008, p 23), compreende educação como um instrumento de formação do ser humano desde o momento em que ele veio ao mundo, nesse sentido é processual e se divide de modo diverso em cada sujeito e em cada sociedade. Ou seja, ela não está baseada apenas em um tipo de sujeito ou a uma determinada sociedade e pronto. Ela acontece em diversas sociedades, culturas, contextos sociais, ter essa educação para o público camponês e dentro dessa discussão de uma educação em diversas sociedades, os autores Rosa e Caetano vai dizer que “Educação do Campo” ocorre uma inclusão e conseqüentemente a valorização das pessoas que habitam no meio rural, dando lhes oportunidades de participarem por meio de suas experiências de programas produtivos, atuando na sociedade de forma igualitária, estabelecendo uma relação harmoniosa entre produção, terra e seres humanos. Uma educação desenvolvida com público dentro do seu contexto sociocultural, um aprendizado valorizando a realidade de cada público.

É indispensável discutir dentro do modelo educacional uma educação do campo, é necessário ter essa modalidade incluída dentro dos currículos e Projetos Políticos Pedagógicos da escola. Não se tem uma educação de qualidade descartando um contexto sociocultural de um povo. Isto vem acarretando a sobrevivência daqueles que ainda insistem em permanecer no campo. Nesse sentido, o fechamento de uma escola do campo pode ser visto como um atentado contra a sobrevivência de uma comunidade que padece com ausência de políticas públicas que garantam condições estruturais e essenciais para os sujeitos, dentre elas a educação. De certo modo, esse tem sido um projeto do capital: esvaziar o campo de gente. Esta é uma pesquisa de natureza qualitativa com destaque para as questões sociais e sobre fenômenos humanos, cuja coleta de dados se deu por meio de entrevistas de moradores e reportagens da região para análise documental.

O estudo sobre o fechamento das escolas do campo me permitiu compreender que este fenômeno acontece em todo Brasil. Chamou atenção a região nordeste, onde os dados sobre fechamento das escolas do campo aparecem no topo de pesquisas recentes. Esta é a região onde se localizam as escolas do município de Vitória da Conquista. Em notas, a pesquisa empírica revelou que o fechamento das escolas da zona rural tem implicado na vida dos sujeitos que residem no campo.

JUSTIFICATIVA

O tema “As Escola da Zona Rural, as Dificuldades e o Fechamento: Educação do Campo” foi escolhido porque me identifico com esse assunto por eu ter nascido e convivido no campo, até os 8 anos de idade e ainda não era alfabetizada. E convivo com pessoas que vivem na zona rural e ainda tem dificuldade com a educação no campo, embora não sejam comparadas com as dificuldades enfrentadas até o final dos anos 80 e meados dos anos 90, mas ainda persiste uma escassez educacional no meio. Dentro dessa realidade, vejo a necessidade de um estudo profundo sobre essa modalidade de ensino. Uma modalidade que acontece na educação básica com o público do meio rural.

Aqui serão apresentados relatos de moradores e ex-alunos de uma das escolas pesquisadas, elas falam sobre a dificuldade para alunos frequentarem as aulas e as dificuldades dos professores para se locomoverem, tanto para chegar à escola, como para ir embora para às suas casas na cidade. A revolta com o descaso da prefeitura ao fechar as escolas, e crianças pequenas são obrigados a irem e virem de ônibus em péssimas condições. Ônibus velhos, sujos, corroídos pela ferrugem e pelo tempo, sem manutenção, faltando assentos, os poucos assentos que têm, não há cintos de segurança, com as estradas que são as rodagens de terra com muitas pedras (solo típico da região) cheias de buracos, onde a prefeitura não se importa com vidas humanas, especialmente das crianças. Com a preocupação, os pais se juntam com a comunidade para arrumarem as rodagens, temendo o perigo de acidentes com os ônibus escolares.

REFERENCIAL TEÓRICO

Educação no campo é uma modalidade de ensino que tem como objetivo a educação de jovens, crianças e adultos que vivem no campo, denominado espaço rural. Existem a população do campo e as escolas do campo. Entre essa população estão: os agricultores, os extrativistas, pescadores, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, trabalhadores assalariados rurais, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, caboclos entre outros que produzem suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural a escola vai inserir dentro deste contexto. A escola no campo é aquela que está situada geograficamente no meio rural ou mesmo em um espaço urbano, mas que tem as características rurais, que atende o público rural. Portanto, trata-se de uma política pública que possibilita o acesso ao direito à educação de milhares de pessoas que vivem fora do meio urbano e que precisa ter esse direito garantido nas mesmas proporções que é garantido para a população urbana.

A educação do campo possui tal denominação, não apenas por sua localização espacial geográfica, mas também pela cultura que a população camponesa possui que a diferencia da população do meio urbano. Assim como estabelece as Diretrizes Curriculares da educação do campo. É importante destacar que a educação do campo configura-se um “conceito político ao considerar as particularidades dos sujeitos e não apenas sua localização espacial e geográfica” (Brasil, 2006, p.24). Portanto é importante considerar que essa educação no campo precisa ser voltada para esse público específico, fornecida a eles dentro de suas culturas e identidade, valorizando e enriquecendo ainda mais a cultura camponesa, cultura essa que historicamente foi e ainda é muitas vezes subjugada, pelo meio urbano. Nesse sentido faz-se necessário uma educação que respeite e valorize a cultura da população no qual a escola está inserida, levando aos alunos a construir suas identidades de forma positiva.

Vale lembrar que existem o conceito de educação do campo e educação no campo termos muito parecidos, porém, com características específicas, a educação no campo está ligado a sua área rural espaço geográfico, a educação do campo está ligada ao fazer educação com esse público, as metodologias para realizar uma educação voltada a esse público rural, ela se refere pelo fato de ser uma mobilização em favor de levar o ensino as populações rurais, ou seja, a população que vive no campo seja ela em salas multisseriadas (várias séries e idades diferentes) ou pela dificuldade dos professores no atendimento a essa turma multisseriada e pelo deslocamento desses professores para chegarem até essas escolas acabam muitas das vezes não acontecendo a esse público uma formação adequada, e sim uma educação fundamentada somente no saber ler, escrever e fazer contas.

Dessa forma a educação do campo tem materialidade, surge por meio da luta dos movimentos sociais que se organiza contra o descaso que as elites brasileiras tratam das questões camponesas com conceitos de que a maioria do campo é lugar de negociações estreitamente ligados a questões empresariais e fins lucrativos, outros veem como espaço de descanso de saírem do meio urbano para ficar em contato com a natureza em seus sítios e fazendas sem se importar que o campo é um espaço rural onde existe um público com cultura, identidades e com sujeitos portadores de direitos e deveres como todos os cidadãos.

Assim, a educação do campo deve ser aquela que se baseia em práticas educativas e pedagógicas que esteja de acordo com a realidade da população camponesa bem como que leve em conta a cultura e as tradições das pessoas que vivem no âmbito rural. Observa-se que é uma educação que surge em resposta aos movimentos sociais do campo que sempre buscaram e buscam uma educação condizente com a vida e os hábitos dos alunos da zona rural. Portanto, falar de educação do campo é falarmos também das lutas dos movimentos sociais dos camponeses que lutaram e lutam por uma educação voltada para o campo.

Segundo Rosa e Caetano (2002 p 23).

Com implantação do conceito “Educação do Campo”, ocorre uma inclusão e conseqüentemente a valorização das pessoas que habitam no meio rural oferecendo lhes oportunidades de participarem por meio de suas experiências de programas produtivos, atuando na sociedade de forma igualitária estabelecendo uma relação harmoniosa entre produção, terra e seres humanos, com relações sociais, democráticas e solidárias.

Nesse sentido as reivindicações dos movimentos sociais se concentram em políticas públicas que condizem com as necessidades e interesses da população camponesa respeitando sua identidade e sua dignidade.

A educação do campo é proposta por diversos movimentos sociais ligados ao campo, portanto quando se fala em educação do campo é inevitável não pensar em lutas sociais, trabalhadores como protagonistas e sujeitos de ações pedagógicas.

A educação do campo no Brasil surgiu através das lutas dos movimentos sociais por políticas educacionais que atendessem as necessidades dos camponeses. O MST (Movimento dos Sem-Terra) se destaca como um dos movimentos que mais lutou e luta por políticas públicas que atendem a educação no campo, tendo autonomia e suas próprias pedagogias.

A Educação do Campo nasceu como mobilização/pressão de movimentos sociais por uma política educacional para comunidades camponesas: nasceu da combinação das lutas dos Sem-terra pela implantação de escolas públicas nas áreas de Reforma Agrária com as lutas de resistência de inúmeras organizações e comunidades camponesas para não perder suas escolas, suas experiências de educação, suas comunidades, seu território, sua identidade (CALDART, 2012, p.15).

Quando se fala em educação do campo nos remete a algo mais recente, uma educação com metodologias próprias para atender o público rural. Historicamente falando, para entender a educação do campo precisamos voltar um pouco à educação rural. A educação rural predominou até a segunda metade do século XX era uma

educação para um povo da área rural, espaço geográfico do município, ou seja, zona rural, porém era um modelo de educação visto como lugar de atraso, um lugar inferior onde as pessoas eram vítimas de preconceitos pelos seus costumes, sua cultura e sua linguagem. Educação do campo e a educação rural se difere porque a educação rural era apenas uma questão de espaço geográfico, não se tinha um olhar voltado para esse público enquanto alunos, família e sociedade um povo que tem sua cultura, seus costumes e sua identidade própria, não havia nem investimento nem objetivos de aprendizado para esse público que poderia trazer a valorização desses alunos, família e comunidade do campo.

E assim, até a segunda metade do século XX a educação rural acontecia dessa forma. Como essa educação rural não tinha esse olhar para o aluno como tal era uma educação voltada para os trabalhos dos centros urbanos tinha-se uma ideia de que o campo era algo atrasado na tecnologia e que se alguém quisesse ser algo na vida teria que sair do campo e arrumar emprego na cidade, e assim ocorreu então o grande êxodo rural, esvaziando o campo e superlotando as cidades, sobretudo as regiões periféricas já que as pessoas não tinham condições financeiras de procurar um lugar com melhor instabilidade. Era uma educação rural, onde não havia uma preocupação com a cultura local, com os costumes do homem do campo, ou seja, era uma educação totalmente fora do contexto real de vida desse público. O importante era apenas aprender a ler e escrever, os materiais didáticos eram voltados para o meio urbano.

Entre tantos problemas e dificuldades da época destaco aqui as dificuldades de deslocamento do professor até a localidade de ensino, onde não existia transporte escolar nem para os professores e nem para os alunos, não tendo como o professor retornarem a suas casas todos os dias, era preciso uma família da comunidade acolhê-los em suas residências e assim os professores ficavam hospedados na comunidade, iam em suas casas na cidade alguns finais de semana do mês durante o ano letivo. Os alunos andavam a pé de uma comunidade para outra onde se tinha a escola, nesse período por volta dos anos 1950 não havia investimento para educação no campo, havia poucas escolas na zona rural e por isso alguns alunos se deslocavam de longas

distâncias até chegar à uma escola, esse distanciamento sem transporte fazia com que muitos pais nem matriculem os seus filhos, outros não permaneciam ocorrendo então uma grande evasão escolar durante o ano letivo, em consequência de tudo isso, há grande número de analfabetos nas regiões rurais dos municípios.

Os professores, alguns tinha formação pelo magistério, outros tinham apenas o segundo grau (atual ensino médio) incompleto, (ressaltando que nem todos os alunos mesmo da cidade tinham acesso ao segundo grau), sem o curso profissional de professor, outros apenas com o ginásio (atual ensino fundamental II) completo, os que tinha formação era âmbito urbano e atuava nas escolas rurais com projetos e materiais educativos próprios da cidade desvinculando o modelo educacional com o público atendido, não existia nenhuma proposta com expectativas educacionais voltadas ao homem do campo. Nessa mesma época teve até alguns projetos para diminuir o analfabetismo no Brasil: o Mobral era um dos projetos.

Esse projeto chamado Mobral visava alfabetizar os jovens e adultos analfabetos, foi um projeto que até chegou ao campo, porém, não atendia o campo como tal, ou seja, existia um projeto educacional no campo, mas não um projeto educacional do campo, pois não era uma educação voltada aos camponeses. A partir de 1980 Movimentos Sociais começam a reivindicarem uma educação de qualidade com expectativas voltadas ao homem do campo com modelos educativos visando a cultura, costumes e identidade locais próprios do homem do campo, uma educação pensada para esse público. E assim essa educação vai perdendo a nomenclatura de educação rural para educação do campo. Uma educação envolvendo todos os aspectos rurais do campo; calendários letivos próprios da região nas diversas localidades rurais e pedagogias próprias.

Em 1998 acontece a primeira conferência nacional por uma educação do campo, com a participação de vários movimentos sociais e algumas instituições que reivindicaram por uma educação no campo com qualidade.

A Constituição Federal estabelece em seus artigos 205 e 206 que a educação é um direito de todos e um dever do estado e da família, a constituição garante o direito ao

acesso à escola e sua permanência. Segundo o que fala tais artigos o direito a uma educação de qualidade é para todos, sem exceção sendo assim o público camponês não podem e nem devem ficar de fora, a classe camponesa precisa ter esse direito garantido de acesso e permanência a uma escola com qualidade, ou seja, se deve ter uma educação de qualidade para todos, a educação para o público rural precisa ser uma educação voltada a realidade camponesa e foram e é até hoje nessas expectativas que os movimentos sociais lutaram e lutam. Debateram no primeiro congresso e debate até os tempos atuais por uma educação do campo dentro de uma expectativa que defende a constituição e também alguns autores que defendiam uma educação de qualidade no campo e para todos.

Apesar das lutas pela escola e educação no campo, infelizmente desde 1997 até os tempos atuais acontecem o fechamento de escolas no campo, visto que em alguns casos houve de fato um êxodo rural muito grande, passa a existir uma localidade onde não a mais um público para frequentar tais escolas, porém, em alguns casos acontecem no Brasil o fechamento de escolas sem planejamento adequado que visa o melhor para o aluno, por parte dos órgãos governamentais (Municipal, Estadual e Federal) e também por parte das secretarias de educação e também das gestões escolares.

Segundo a lei de 12.960/2014, trouxe uma inovação com relação às escolas do campo e seu fechamento, segundo essa lei não se pode fechar uma escola no campo sem que haja uma consulta aos órgãos normativos como o Conselho Municipal da Educação, a comunidade escolar, todos precisam ser ouvidos bem como a Secretaria de Educação do Estado devem justificar a necessidade de encerramento das atividades desta escola, terá que ser analisado cada caso para que os alunos camponeses não venham sofrer danos causados por tal fechamento, tudo precisa ocorrer para a melhoria do aluno do campo em todos os aspectos.

Como já visto o trabalho pedagógico no campo deve ter suas práticas voltadas a realidade camponesa e entre tantas realidades existem por exemplo: as turmas multisseriadas que acontecem no ensino primário que é o infantil de quatro e cinco anos juntos em uma só turma, e uma turma do 1º ao 5º ano juntos, sempre houve e existem

até aos tempos atuais no campo as turmas multisseriadas, porém, é possível sim, práticas pedagógicas onde esses alunos possam ter bons desempenho de aprendizados, outra realidade desafiadora são os costumes da comunidade no que se refere às questões dos fenômenos da natureza e também na produção, na lavoura da comunidade, por exemplo: em algumas regiões do país chove muito em uma determinada época do ano, como as comunidades onde há rios as cheias impedem os alunos se deslocarem de suas casas até chegarem às escolas no período chuvoso, tem também as regiões onde acontece a colheita, muitos alunos saem da escola para realizarem esse trabalho da produção. Enfim, para evitar uma evasão escolar e para não prejudicarem o aprendizado desses alunos surge no Brasil a Pedagogia da Alternância, em 1969 por meio da ação do Movimento de Educação do Espírito Santo. É uma pedagogia que surgiu na França em 1935, essa Pedagogia da Alternância acontece da seguinte forma, altera os calendários letivos das escolas de acordo com cada região, por exemplo: as regiões onde acontece as cheias, naquele tempo para as atividades escolares, onde acontece a colheita naquele período daquela região para as atividades escolares, e assim essa metodologia vai alternando esse calendário letivo com objetivo de diminuir a evasão escolar e garantir o acesso e a permanência dos alunos na escola.

Vale lembrar que esse modelo de pedagogia não acontece de maneira geral em um único período no Brasil, ela acontece de acordo com cada realidade regional, podendo assim ser em tempos diferentes. Existem também a necessidade do transporte escolar para o aluno que mora a uma determinada distância da escola, enfim tudo isso citado são métodos e realidades para uma educação acontecer para com o público camponês.

Há também as práticas pedagógicas das salas de aula com profissionais altamente qualificados nessa modalidade, sendo valorizados, mediando conhecimentos a partir da realidade dos alunos inseridos naquela região com práticas educativas e metodologias próprias, passando por todos os setores desde os órgãos governamentais com políticas públicas, Ministério da Educação com materiais didáticos e currículos próprios incluindo as tecnologias assistiva, as secretarias de educação, gestores da escola, com toda

equipe pedagógica. Entre tantas metodologias essas são algumas propostas relevantes para se tornar uma verdadeira educação do campo.

OBJETIVOS

Geral: discutir o acesso e permanência na escola com uma educação de qualidade dentro do seu contexto sociocultural.

Específicos:

- Apresentar, analisar o que é uma Educação do Campo, onde e como ela acontece.
- Mostrar através de relatos e pesquisas a importância da valorização do espaço e a cultura camponesa.
- Apresentar através de estudos e pesquisas que é possível desenvolver modelos de currículos que viabilizem atividades camponesas que abrange toda a família por um desenvolvimento sustentável.
- Apresentar soluções e possibilidades para que diminua a evasão escolar e evitar que aumente o abandono do êxodo rural.

METODOLOGIA

Uma metodologia voltada para a campo ou zona rural, é de total importância, pois com os métodos do campo, favorece o crescimento do êxodo rural na educação, trazendo para o currículo escolar. Para que os alunos do campo tenham educação de qualidade como todos os públicos discentes, a equipe diretiva e toda a coordenação pedagógica da escola traça um plano de ação que acontecerá da seguinte forma: a gestão; diretor, coordenador pedagógico e professores deverão fazer visitas às comunidades rurais onde moram alunos para conhecerem um pouco a realidade geográfica, cultural e os costumes de moradores e as casas dos estudantes. Eles farão perguntas às famílias preenchendo um questionário onde as famílias irão expor um pouco de suas identidades socioculturais.

Essa equipe deverá estudar os questionamentos com as respostas das famílias colhidas pela equipe, e a partir desse questionário a direção deverá até a secretaria de educação do município e se reunirá com os responsáveis pelo currículo educacional do município e expor as necessidades de incluir nesse currículo a educação do campo, e com isso, direção da escola em reunião com a equipe pedagógica com líderes das comunidades camponesas e as famílias para discutirem o Projeto Político Pedagógico da escola para inserir práticas metodológicas voltadas a uma atenção aos discentes camponeses. A coordenação pedagógica junto com os professores e diretores deverão elaborar um projeto pedagógico a ser desenvolvido com todos os alunos da escola.

Criar projetos minha cultura viva, com atividades em salas de aulas no pátio da escola, aulas de campo nas comunidades rurais onde moram esses alunos do campo.

Reuniões com os pais para apresentarem o projeto Minha Cultura Viva apresentando seus objetivos e finalidades e como acontecerá, nessa mesma reunião convidarão pais ou líderes de comunidades que poderão contribuir com as aulas de campo nas localidades sendo guia, mostrando as atividades agrícolas, costumes camponeses entre outras atividades. Os professores em reunião, cada um com sua turma em sala para organizarem com os alunos todos os detalhes, alunos e professores começarão a executar o projeto com materiais didáticos do campo, momento em sala desenvolvendo o título do projeto, isso acontecerá de acordo com

cada etapa do ensino dentro das áreas do conhecimento e campos de experiência no caso da educação infantil.

As turmas irão para a aula de campo nas comunidades e lá serão explorados sobre as atividades agrícolas, costumes, identidade socioculturais, etc. Os professores juntamente com os voluntários da comunidade irão fazer a mediação do conhecimento com os alunos de acordo com suas séries e a educação infantil.

Projetos onde alunos apresentarão no pátio da escola atividades culturais regionais, arte, dança, músicas, poesias entre outros, acontecerá jogos e brincadeiras de costumes regionais. Em sala de aula, alunos poderão expor as conclusões de projetos.

Capítulo I: AS ESCOLAS DO CAMPO

Para falar sobre as escolas do nordeste foi feito pesquisas e entrevistas com moradores da zona rural da região de Vitória da Conquista, onde eles relatam as lutas para que professores pudessem permanecer no local para alfabetizar as crianças e da luta daqueles que queriam que alguns pais deixassem os filhos ainda pequenos frequentar a escola. Eles relatam a revolta do fechamento das escolas da zona rural sob o decreto do prefeito Herzen Gusmão (falecido em março de 2021 por covid 19).

As escolas do município de Codó, estado do Maranhão, também, teve escolas fechadas na zona rural por decreto da nova gestão governamental (por G1 MA -São Luís/ 07/02/2018). Uma matéria no Fantástico, fala das dificuldades das escolas nos estados do Maranhão, Alagoas e Pernambuco, essas escolas estão situadas em pequenos povoados e atendem as crianças que moram no campo.

As escolas públicas nos últimos anos têm enfrentado grandes dificuldades, tanto para alunos, como para professores, mas na escola da zona rural, as suas dificuldades sempre foram maiores.

A Educação do Campo é uma realidade no país inteiro e é o resultado da luta se muitos movimentos Sociais, dos trabalhadores em educação, através de muitas pesquisas se conheceram a realidade, a exemplo das Resoluções 01/2000 e 02/2008 do Conselho Nacional de Educação, Resolução do Conselho Estadual de Educação da Bahia (CER nº103/2015) e resoluções de diversos conselhos municipais de educação, além do decreto 7.352/10, cujo artigo 2, cria os princípios da educação do campo.

O ato de fechar escolas do campo, praticado pelo Governo do Prefeito Herzen Gusmão por meio do Decreto 18. 832 de 17 de agosto de 2018, dentre outros fatores, se constitui:

- Um desrespeito aos cidadãos que residem nos espaços do campo do território de Vitória da Conquista e que “tem direito aos serviços do território”, conforme Milton Santos; *um incentivo à migração campo-cidade, já que tirar os alunos do espaço em que residem e transportá-los para outra localidade implica desterritorializá-los e incentivá-los a*

buscar Outras Culturas e outros ambientes para viver, quando deveriam conviver e crescer nos próprios espaços onde habitam;

As escolas da zona rural sempre foram esquecidas pelo poder público, principalmente na região do nordeste, onde a população sempre foi desvalorizada e nunca lembrada, tanto na educação, saúde e segurança. Moradores e ex-alunos de uma das escolas pesquisadas, falam sobre as dificuldades para alunos frequentarem as aulas e as dificuldades do professor se locomover tanto para chegar à escola e pra ir embora para a sua casa na cidade. A revolta com o descaso da prefeitura ao fechar as escolas, e crianças pequenas são obrigados a irem de ônibus de péssimas condições. Ônibus sujos, faltando assentos, os poucos assentos que têm não há cintos de segurança, com as estradas que são as rodagens de terra com muitas pedras, (solo típico da região) cheias de buracos, onde a prefeitura não se importa com vidas humanas, especialmente das crianças. Com a preocupação, os pais se juntam com a comunidade para arrumarem as rodagens, temendo o perigo de acidentes com os ônibus escolares.

A CHEGADA DA PRIMEIRA ESCOLA NA FAZENDA POÇO CUMPRIDO

Na fazenda Poço Comprido e as fazendas da circunvizinhança, até em 1967 não havia escola, na região ninguém sabia ler e nem escrever, muitos moradores iam para o estado de São Paulo para trabalhar na construção civil, ao chegar na cidade grande não sabiam nem ao menos escrever o nome e assinava com a digital os seus documentos. Documentos esse que tiravam depois de adultos por alguma necessidade. Geralmente, pessoa da região quando fosse na cidade, os pais pediam que registrassem as crianças que nasciam, as vezes crianças já tinham seus dez anos, outros quando completavam 18 anos que tiravam o seu registro civil, também haviam aqueles que nunca foram registrados, morreram em sua velhice sem documentação. E para se saber a data certa, era usado o batistério como documento para a região, esse documento era exigido pela igreja católica e só servia para se casar na igreja católica, era essa a religião que predominava a comunidade rural da região. Essas mesmas pessoas ficavam meses sem mandar notícias às famílias por não saberem ler ou escrever, somente quando encontrasse que soubesse ler e escrever, pedia a esse alguém para que fizesse o favor de escrever as cartas, e as famílias ao recebê-las iam longe em busca de alguém que soubesse lê-las. No entanto percebiam a importância de se saber ao menos ler uma carta.

O sr. Manoel Viana de Oliveira (já falecido), embora fosse analfabeto, tinha um conhecimento maior com políticos das redondezas e não queria que seus filhos seguissem sem ler e escrever, ele por ter uma influência na região, porque políticos iam buscar votos na região, ele pediu escola para a região, oferecendo sua casa para que o professor fosse dar aula em sua casa, e assim teve início a primeira alfabetização na região em sua sala, sem recursos nenhum, nem ao menos existia uma lousa ou quadro para o uso do professor.

Os alunos estudavam naquela casa em uma grande sala, os alunos e o professor usavam uma enorme mesa na qual serviam almoço aos trabalhadores, familiares em dias de comemorações de festas costumeiras da região. Era difícil para as crianças menores estudarem. Os alunos aprendiam apenas a alfabetização, ler e escrever o básico.

Para os professores a dificuldade era de extrema escassez, professores recém-formados, eram selecionados para darem aulas na zona rural, Esses profissionais sofriam ao irem lecionar no campo, pois não tinha ônibus, eles viajavam de caminhão, os chamados de pau-de-arara, eles desciam em um povoado chamado Bati-pé e andavam a pé cerca de 1h30min, debaixo do sol escaldante, estrada cheia de pedras, muita poeira, enfrentavam animais bravos como bois, cães, animais peçonhentos como cobras e escorpiões e muita caminhada para chegar ao destino, à casa do (falecido) sr. Manoel Viana, geralmente o professor dormia e faziam suas refeições na casa onde lecionava.

Para os moradores da região, nada era difícil porque estavam acostumados a viver naquele ambiente, mas para o professor que vinha da cidade, ao chegar em uma roça que não havia saneamento básico, banheiros, tratamento de água e esgoto. Havia um único açude que servia como reservatório de para o uso de lavagem de roupas e uso para abastecimento das casas, sem encanamento de água, os moradores, (as mulheres) pegavam aquela água em lata, colocando-as na cabeça, e assim, iam e voltavam várias vezes para o abastecimento e o professor fazia aquele trajeto para o seu consumo também (eram obrigados a se adaptar àquela situação). Enfrentavam também a falta de energia elétrica, a iluminação eram lamparinas, feita com candeeiro a base de querosene e pavio de algodão. Para os profissionais, viver no escuro era a pior situação eles consideravam um castigo, mas também amor à profissão.

Um dos problemas enfrentado na região naquela época, era a mortalidade infantil e o controle de natalidade, uma das primeiras lutas dos professore para que fizessem uma construção de um prédio escolar, levando a população a lutar para que ao chegar, as crianças tivessem direito à saúde e à educação e uma escola com melhores condições de aprendizado. Após a construção do prédio escolar, em reuniões quando se falava em controle de natalidade, moradores não aceitavam as explicações porque acreditavam que os filhos eram “Deus” quem os davam, independente das circunstancias, crenças essas impostas pela religião predominante, o acatolicismo. No entanto, afirmavam que os professores queriam tomara o lugar de Deus ou queriam ser mais do que Deus, sendo assim não aceitavam qualquer método

contraceptivo para controle de natalidade. Essas mesmas mães sofriam com a perda de seus filhos, mas não aceitavam as orientações para suas melhorias de vida.

Os próprios professores, após a construção do prédio escolar, orientavam as mães a terem cuidados com a água para dar de beber a seus filhos, e assim, seria uma forma de combater as doenças enfrentadas na região, principalmente em bebês recém-nascidos. Essa foi a importância da chegada de um professor, porque a educação, não foi só para alfabetizar, mas para orientar os moradores e alcançar uma melhoria de vida.

Era uma tarefa difícil para o professor, porque a maioria dos pais não queriam que os filhos ainda crianças pequenas deixassem de trabalhar para frequentar a escola. Essas crianças a partir de 5 anos de idade já ajudavam os pais nas lavouras, a cuidar dos animais, enquanto as meninas, além das lavouras, faziam os serviços domésticos, lavavam roupas nos açudes e ajudavam a criar os irmãos menores.

Quando o professor fazia reunião para falar com os pais, logo entravam em conflitos com alguns pais que não aceitavam, pois os filhos teriam que aprender a trabalhar logo cedo. No primeiro ano o professor não aguentou ficar o ano todo, ficou apenas três meses por conta dos moradores. O segundo professor veio e para não criar caso, preferiu se submeter aos moradores, mas quando eram a partir dos meses de maio em diante, os pais tiravam os filhos da escola para irem ao sul da Bahia para a colheita de café e ficavam poucas crianças (de duas a 4 crianças).

Após de muitas lutas e reclamações que os professores levavam para a **secretaria de educação e a prefeitura de Vitória da Conquista, com a não permanência** de professores pela falta de recursos e instalações dos profissionais, somente em 1971 que foi construído o primeiro prédio escolar para toda a região e circunvizinhança, era a escola da Fazenda Poço Comprido. Além das lutas do professor, houve também a intervenção política, através da busca de votos na região, alguns políticos usando a falta de conhecimento do povo para atraí-los para serem seus eleitores, oferecendo escolas de má qualidade à população, com pouca metodologia, apenas o ler e escrever seria o necessário para a população do campo.

Escola Municipal Olímpio José Dias, localizada na Fazenda Poço Comprido – Município de Vitória da Conquista -BA. Essa escola recebia crianças das fazendas vizinhas: Santa Rita, Olho D'água da Serra, Salobro, Amargoso, Caçote, Matinha,

Furadinho, Cotia, entre outras. A escola recebeu esse nome porque foi o primeiro professor a dar aula naquela região, ele foi o fundador da alfabetização escolar.

A ESCOLA REFERENCIAL DA REGIÃO

Essa escola se tornou referência com o passar dos anos, com a chegada de médicos, dentistas e as campanhas de vacinação através das lutas de professores para uma vida melhor, tanto para eles, os profissionais, como para o combate à mortalidade infantil. Os próprios professores (feminina) orientavam as mulheres a usarem métodos contraceptivos. Mas uma guerra encontrada pelas professoras, porque a religião (igreja católica que dominava a região) tinha imposto que era pecado usar anticoncepcional “quem dava os filhos era Deus e era pecado matá-los antes de nascer. Quem podia fazer esse tipo de orientação eram somente as professoras, porque o professor nem sequer podia conversar com as mães de alunos sobre tal assunto. Somente quando construiu a escola surgiu o primeiro ônibus, que saía de Vitória da Conquista para a fazenda São Felipe, município de Belo Campo.

O professor pegava o ônibus em Vitória da Conquista na segunda-feira às 14:00hs, desciam em Bate-pé às 16:00hs e andavam até a fazenda Poço Comprido, chegando por volta das 18:00hs, fazendo aquela longa caminhada. O professor chegava na segunda-feira à tarde e voltava na sexta-feira no final da tarde, dormia em Bate-pé para pegar o carro no sábado pela manhã para ir embora para suas casas, na cidade. Portanto, as aulas eram apenas de terça às sextas-feiras até ao meio dia.

O prédio construído, tinha um salão único, os professores davam aula para todos os alunos, (salas multisseriadas) iniciantes e os que já estavam à frente. Ao lado tinha uma pequena casinha para a morada do profissional (quarto e cozinha) e uma cozinha separada para fazer a merenda das crianças. Quem fazia a merenda era as meninas, as maiorzinhas com a ajuda da professora(o), nas sextas-feiras, juntavam as alunas e iam fazer a limpeza da escola, antes de começar as aulas as meninas iam buscar água no açude para beber, não tinha filtro, como em todas as casas, a água era armazenada em um pote de barro, uma espécie de moringa gigante. Para os pais, os filhos sabendo ler e escrever o nome já estava bom demais, na visão deles, os filhos tinham que aprender a ler as cartas que os familiares mandavam da cidade grande (São Paulo), ou ler uma bula de um remédio e fazer contas, as principais operações.

Com o passar dos anos, aquele prédio se tornou palco de atrações, onde os moradores passaram a votar na escola em época de eleição, sempre apareciam nas

eleições políticos fazendo mil promessas e comprando os votos dos moradores, aproveitavam a escola para fazer compras de votos ou trocas por uma bola de arame, umas telhas, ou até mesmo por um uma festa feita no prédio escolar. Os professores eram declaradamente proibidos de falar sobre política, ou ensinar algo a respeito do direito e deveres do cidadão brasileiro.

Professores passaram a fazer grandes festas no dia das mães (levando a população a conhecer uma nova cultura que não era de seus costumes), a moradora que era responsável pela chave passou a ter autorização para fazer grandes festas típicas (cultura da região), como festas de São João, festa de Natal, Ano Novo e Santo Reis, as festas eram religiosas, e assim surgiu uma celebração chamada comunidade, eram as festas religiosas de santos católicos e no São João eram os bailes de Santo Antônio casamenteiro,(para as moças) São João que eram para todos e São Pedro que eram para as viúvas. A escola passou a ser um histórico cultural na vida daquela população e sem reconhecimento de autoridades da educação.

Em setembro de 1984, foram realizados os dois primeiros casamentos em um único dia na escola, um juiz foi até a roça para realizar o casamento das duas irmãs: Ivani (Iva) e Clemência (Lezinha).

Em 1984, a prefeitura construiu a escola na Matinha, por conta da distância que os alunos tinham para estudar na Fazenda Poço Comprido, uma nova casa foi oferecida para que as crianças da região pudessem estudar, sem fazer aquela caminhada, era a casa do sr. João da Matinha (já falecido). Em 1985, professores começaram a lecionar na Fazenda Santa Rita, na casa do sr. Lió (já falecido), mas a escola só foi construída em 1991, alunos que iam para a escola Olímpio José Dias na Fazenda Poço Comprido, deixaram de frequentá-la, passando a ir na escola mais próxima, assim também as crianças da Fazenda Olho D'água da Serra passaram a estudar na Santa Rita, por ficar na metade do caminho, assim, sendo mais perto para os alunos.

Neste período, os pais já entendiam a importância de seus filhos serem alfabetizados, ou seja, a luta que os primeiros professores travaram com os pais, tiveram progresso. As escolas, embora fossem pequenas, elas lotavam, porém , esvaziavam em três períodos diferente: as primeiras chuvas em outubro porque eram época de plantio e não iam mais as escolas porque precisam trabalhar com os pais

nas roças, fevereiro e março, período da colheita e final de maio começavam as colheitas de café no sul da Bahia, moradores iam trabalhar nas grandes fazendas, levando os filhos para os ajudarem no trabalho de colheita, voltavam apenas para as festas de São João, voltavam para as fazendas e voltavam apenas no final do mês de setembro para a chamada estoca das roças, preparando a terra para a chegada das chuvas, assim os pais permitiam que seus filhos fosse para a aula. Eis o porquê a maioria da população migrada da zona rural são analfabetas ou semianalfabetas

Somente em 1993 que foi realizada a tão esperada missa e os primeiros casamentos religiosos, foram realizados no pátio da escola debaixo de uma árvore “Baraúna”, onde acampou uma multidão. A partir de 1993 passaram a ter reuniões na escola para frente de trabalho para o povo, onde a própria população arrumava as rodagens, limpavam os açudes quando secavam e ganhavam apenas uma 3 ° parte de um salário mínimo.

Em 1994 chegou uma escola com um ginásio no arraial, povoado de Bati-pé, no início a escola era de comodidade, bem equipada, mas os alunos que quisessem concluir um tão esperado ginásio, tinha que andar cerca de 1h30min para chegar na escola com um sol escaldante, outros iam de bicicleta, era o único meio de transporte.

Era uma grande dificuldade para os alunos, porque as estradas cheias de pedras, danificaram as bicicletas e sapatos, era impossível fazer todo aquele percurso de sapatos, chegava na escola com os pés machucados, andavam de chinelos, e ao chegar na escola, muitos eram motivos de chacotas por estarem de chinelo.

Em 2005, começaram as reuniões no prédio escolar para a chegada da energia elétrica em todo o campo e após dois anos de reuniões com os moradores começaram a fazer a chegar os postes e a energia foi implantada em toda a zona rural de Vitória da Conquista, assim como houve reuniões na escola Olímpio José Dias, houve reuniões em outras regiões do mesmo município.

Por volta de 2007, a prefeitura passou a colocar transporte para que professores viessem todos para as escolas e no final da tarde os levassem para a cidade, suas casas em Vitória da Conquista.

LUTA DO PROFESSOR

Naquela época, se enfrentava uma grande mortalidade infantil, assim começaram as primeiras lutas dos professores para que fizessem uma construção de um prédio escolar, levando a população a lutar para que ao chegar o prédio escolar, e assim, os moradores teriam acesso às vacinas para combater a mortalidade infantil, para que as crianças tivessem direito à saúde e a educação. Os próprios professores após a construção do prédio escolar, orientavam as mães a terem cuidados com a água para dar de beber a seus filhos, e assim, seria uma forma de combater as doenças enfrentadas na região, principalmente em bebês recém-nascidos. Essa foi a importância da chegada de um professor, porque a educação, não foi só para alfabetizar, mas para orientar os moradores e alcançar uma melhoria de vida.

Era uma tarefa difícil para o professor, porque a maioria dos pais não queriam que os filhos ainda crianças pequenas deixassem de trabalhar para frequentar a escola. Essas crianças a partir de 5 anos de idade já ajudavam os pais nas lavouras, a cuidar dos animais, enquanto as meninas, além das lavouras, faziam os serviços domésticos, lavavam roupas nos açudes e ajudavam a criar os irmãos menores. Muitos diziam que estudos eram coisa para ricos, e aqueles que se consideravam “ricos”, também os seus filhos tinham que trabalhar e não perder tempo na escola.

Quando o professor fazia reunião para falar com os pais, logo entravam em conflitos com alguns pais que não aceitavam, pois os filhos teriam que aprender a trabalhar logo cedo. No primeiro ano o professor não aguentou ficar o ano todo, ficou apenas três meses por conta dos moradores. O segundo professor veio e para não criar caso, preferiu se submeter aos moradores, mas quando eram a partir dos meses de maio em diante, os pais tiravam os filhos da escola para irem ao sul da Bahia para a colheita de café e ficavam poucas crianças (de duas a 4 crianças) frequentavam a escola.

Depois de muitas lutas e reclamações que os professores levavam para a secretaria de educação e a prefeitura de Vitória da Conquista, com a não permanência de professores pela falta de recursos e instalações dos profissionais, somente em 1971 que foi construído o primeiro prédio escolar para toda a região e circunvizinhança, era a escola da Fazenda Poço Comprido.

Escola Municipal Olímpio José Dias, localizada na Fazenda Poço Comprido – Município de Vitória da Conquista -BA. A escola recebia crianças das fazendas vizinhas: Santa Rita, Olho D'gua da Serra, Salobro, Amargoso, Caçote, Matinha, Furadinho, Cotia entre outras. A escola recebeu esse nome porque foi o primeiro professor a dar aula naquela região, ele foi o fundador da alfabetização escolar.

Essa escola se tornou referência com o passar dos anos, com a chegada de médicos, dentistas e as campanhas de vacinação através das lutas de professores para uma vida melhor, tanto para eles, os profissionais, como para o combate à mortalidade infantil. Os próprios professores (feminina) orientavam as mulheres a usarem métodos contraceptivos, um controle de natalidade. Porém, era mais uma guerra encontrada pelas professoras, porque a religião católica que dominava a região tinha imposto que era pecado usar anticoncepcional “quem dava os filhos era Deus e era pecado matá-los mesmo antes de nascer”. Quem podia fazer esse tipo de orientação eram somente as professoras, porque o professor nem sequer podia conversar com as mães de alunos sobre tal assunto.

A primeira linha de ônibus, que saía de Vitória da Conquista para a fazenda São Felipe, município de Belo Campo, surgiu em 1987, mas não preenchia as necessidades dos professores, porque do ponto no qual desciam tinha uma longa caminhada até o destino. O professor pegava o ônibus em Vitória da Conquista na segunda-feira às 14:00hs, desciam em Bate-pé às 16:00hs e andavam até a fazenda Poço Comprido, chegando por volta das 18:00hs, fazendo aquela longa caminhada.

O professor chegava na segunda-feira à tarde e voltava na sexta-feira no final da tarde, dormia em Bate-pé para pegar o carro no sábado pela manhã para ir embora para suas casas, na cidade.

O prédio construído, tinha um salão único, os professores davam aula para todos os alunos, iniciantes e os que já estavam à frente, ao lado tinha uma pequena casinha para a morada do dom profissional (quarto e cozinha) e uma cozinha separada para fazer a merenda das crianças. Quem fazia a merenda era as meninas, as maiorzinhas com a ajuda da professora(o), nas sextas-feiras, juntavam as alunas e iam fazer a limpeza da escola, antes de começar as aulas as meninas iam buscar água no açude para beber, não tinha filtro, como em todas as casas, a água era armazenada em um pote de barro, uma espécie de moringa gigante.

Para os pais, os filhos sabendo ler e escrever o nome já estava bom demais, na visão deles, os filhos tinham que aprender a ler as cartas que os familiares mandavam da cidade grande (São Paulo), ou ler uma bula de um remédio, eles nem ao menos entendia o que era uma interpretação de texto para entender uma prescrição médica.

Com o passar dos anos, aquele prédio se tornou palco de atrações, onde os moradores passaram a votar na escola, sempre apareciam nas eleições políticos fazendo mil promessas e comprando os votos dos moradores, aproveitavam a escola para fazer compras de votos ou trocas por uma bola de arame, umas telhas, ou até mesmo por um uma festa feita no prédio escolar. Os professores eram declaradamente proibidos de falar sobre política, ou ensinar algo a respeito do direito e deveres do cidadão brasileiro.

Professores passaram a fazer grandes festas no dia das mães, a moradora que era responsável pela chave passou a ter autorização para fazer grandes festas típicas, como festas de São João, festa de Natal, Ano Novo e Santo Reis, as festas eram religiosas, e assim surgiu uma celebração chamada comunidade, eram as festas religiosas de santos católicos e no São João eram os bailes de Santo Antônio casamenteiro, (para as moças) São João que eram para todos e São Pedro que eram para as viúvas que não queriam mais se casar. A escola passou a ser um Histórico cultural na vida daquela população.

Em setembro de 1984, foram realizados os dois primeiros casamentos em um único dia na escola, um juiz foi até a roça para realizar o casamento das duas irmãs: Ivani (Iva) e Clemência (Lezinha).

Em 1984 a prefeitura construiu a escola na Matinha, por conta da distância que os alunos tinham para estudar na Fazenda Poço Comprido, uma nova casa foi oferecida para que as crianças da região pudessem estudar, sem fazer aquela caminhada, era a casa do sr. João da Matinha (já falecido).

Em 1985, professores começaram a lecionar na Fazenda Santa Rita, na casa do sr. Leonildo Moreira dos Santos (já falecido), mas a escola só foi construída em 1991, alunos que iam para a escola Olímpio José Dias na Fazenda Poço Comprido, deixaram de frequentá-la, passando a ir à escola mais próxima, assim também as crianças da Fazenda Olho D'água da Serra passaram a estudar na Santa Rita.

Neste período, os pais já entendiam a importância dos seus filhos serem alfabetizados, ou seja, a luta que os primeiros professores travaram com os pais, tiveram progresso. As escolas, embora fossem pequenas, estavam sempre lotadas em épocas que as crianças eram liberadas pelos pais a frequentá-las.

Somente em 1993 que foi realizada a tão esperada missa e os primeiros casamentos religiosos, foram realizados no pátio da escola debaixo de uma árvore “Baraúna”, onde acampou uma multidão. A partir de 1993 passaram a fazerem reuniões na escola, era uma frente de trabalho para o povo, oferecido pelo governo federal Itamar Franco para moradores do campo, onde a própria população arrumava as rodagens, limpavam os açudes quando secavam e ganhavam apenas uma 3 º parte de um salário.

Em 1994 chegou uma escola com um ginásio no arraial, povoado de Bate-pé, no início a escola era de comodidade, bem equipada, mas os alunos que quisessem concluir um tão esperado ginásio, tinha que andar cerca de 1h30min para chegar na escola com um sol escaldante, outros iam de bicicleta, era o único meio de transporte.

Era uma grande dificuldade para os alunos, porque as estradas cheias de pedras, danificavam as bicicletas e sapatos, era impossível fazer todo aquele percurso de sapatos, chegava na escola com os pés machucados, andavam de chinelos, e ao chegar na escola, muitos eram motivos de chacotas por estarem de chinelo.

Em 2005, começaram as reuniões no prédio escolar para a chegada da energia elétrica em todo o campo e após dois anos de reuniões com os moradores começaram a fazer a chegar os postes e a energia foi implantada em toda a zona rural de Vitória da Conquista, assim como houve reuniões na escola Olímpio José Dias, houve reuniões em outras regiões do mesmo município.

Por volta de 2007, a prefeitura passou a colocar transporte para que professores viessem todos para as escolas e no final da tarde os levassem de volta para a cidade ou à suas casas em Vitória da Conquista.

Capítulo II: O FECHAMENTO DAS ESCOLAS NO CAMPO

A decisão do prefeito Herzen Gusmão, causou muita repercussão entre os moradores dos povoados e também em toda a imprensa da Bahia. A presidente do Sindicato do Magistério Municipal Público de Vitória da Conquista (SIMMP), Ana Cristina, disse que o decreto do prefeito fere a Lei nº 11.700 de Diretrizes e Bases da Educação, que assegura aos alunos o direito de estudar perto de casa. “A desativação dessas escolas é uma crueldade sem fim. É um crime na verdade. A LDB dá o direito aos alunos estudarem perto de casa. A comunidade precisa entender que se eles recorrerem à Justiça, eles ganham”, disse Ana (blogue caiquesantos).

Ainda de acordo com a educadora, as escolas ajudam no desenvolvimento da comunidade. “O prédio da escola é utilizado tanto para a vacinação, quanto para reuniões de igreja, encontro de juventude, qualquer evento comunitário nestes lugares, é no prédio da escola. É como se fosse um centro cultural, então o fechamento isola mais ainda as comunidades. Inclusive as crianças menores não podem ser transportadas pelos ônibus escolares, pois estes não possuem as cadeirinhas”.

Para a estudante Lorena Rocha, a ação da prefeitura é um retrocesso. “O fechamento dessas escolas demonstra falta de compromisso com a educação, que é a solução para o enfrentamento da violência. Em vez de melhorar a infraestrutura das instituições de ensino e garantir a inclusão de programas de esportes e arte, o prefeito vai na contramão e desativa escolas”, critica.

Depois de muitas lutas dos alunos para concluir o Ensino Médio, o prefeito de Vitória da Conquista, passou a fazer descaso com as escolas da zona rural, desde 2018, o sindicato do Magistério Municipal Público de Vitória da Conquista (SIMMP) vem denunciando o descaso da gestão atual da Prefeitura Municipal (PMVC) com educação no campo.

Após as manifestações de 2018 feitas por moradores, o SIMMP provocou o Conselho Municipal de Educação (CME), visto que a Secretaria Municipal de Educação (SMED) fechou as escolas sem comunicar ao conselho. Devido a isso, foi construída uma redução que regula esses fechamentos. Entretanto, os descasos com

o ensino no campo não cessaram. No início de 2019, o sindicato em conjunto com os pais de alunos, fez uma manifestação devido a falta de transporte até para os profissionais da educação. Em 2020, os problemas não diminuíram. Antes do decreto que levou ao isolamento social, pais do CEI de Cabeceira protestaram contra o fechamento das escolas.

LEIS QUE PROTEGEM AS ESCOLAS DO CAMPO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, nº9.394/96, no Art. 28, diz que “O fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas será precedido de manifestação do órgão normativo do respectivo sistema de ensino, que considerará a justificativa apresentada pela Secretaria de Educação, a análise do diagnóstico do impacto da ação e a manifestação da comunidade escolar.

A Constituição Federal em seu artigo 205 estabelece que a educação é um direito de todos e um dever do estado e da família, com igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, e assim a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) reconhece em seu artigo 28 de 9394/96, a diversidade sociocultural na educação brasileira. A partir desse artigo se constrói as Diretrizes operacionais para educação básica do campo, educação nos territórios rurais. Uma educação que visa atender o público camponês. Uma educação camponesa precisa ser uma educação voltada à realidade do campo com a valorização da cultura e identidade camponesa como pedagogias próprias do campo com desdobramento das áreas do conhecimento e os campos de experiências proposto pela BNCC (Base Nacional Comum Curricular) voltadas a partir da realidade do campo, daí a importância da BNCC para as escolas do campo, já que algumas realidades dos alunos do campo se diferem de algumas realidades dos alunos da cidade. A BNCC objetiva uma educação do campo com realidades direcionadas não pelo mercado, mas pelos elementos da produção do campo.

Com fechamento de escolas no campo alunos do infantil de 4 e 5 anos e do 1º ao 5º ano do fundamental são transportados para escolas na cidade ou para distritos do município, estudando em escolas com realidades apenas urbanas, ou seja, eles moram no campo no meio rural, porém, tem uma educação pedagógica toda voltada para a cidade, o meio urbano, em decorrência disso os alunos vão perdendo suas identidades socioculturais, baixos desenvolvimento no aprendizado por não condizer com suas realidades vividas no dia a dia, evasão escolar, êxodo rural entre outros.

Mediante a esse problema se ver a necessidade de mudar essa realidade, nesse caso é necessário que se tenha uma educação do campo na escola urbana para melhor atender esse público camponês, geograficamente falando é uma escola na

cidade zona urbana porém com pedagogias do campo ou seja uma escola do campo na cidade, uma escola um com currículo e o Projeto Político Pedagógico (PPP) elaborados de maneira que atende esses educandos dentro dos seus contextos de vida, com projetos pedagógicos também voltados a realidades rurais que possam inserir esses alunos do campo com suas identidades socioculturais.

A REVOLTA DOS MORADORES COM O FECHAMENTO DAS ESCOLAS

Visto que a comunidade se manifestou contra a secretaria de Educação que descumpriu a Lei, Instituições a exemplo da Escola Municipal Dom Climério de Almeida, que em caráter quilombola, recebem verba específica de escolas de caráter rural, quilombola, indígena e de assentamento têm, ainda, metodologias apropriadas a cada realidade.

Em 2016, havia 104 escolas na zona rural conquistense, segundo as informações fornecidas pela SMED, agora existem ou sobrevivem apenas 77. São 27 escolas a menos, diminuindo o oferecimento do ensino público no campo, negando o acesso e permanência na educação.

Aqui está um trecho do Artigo da presidente do SUMMP, Ana Cristina Novais:

- “O preço e o valor da Educação”, o artigo descreve o descaso do campo, na perspectiva de uma educadora, que ora foi educando na zona rural de Vitória da Conquista. *Os aspectos legais que envolvem a Educação, é simplesmente atropelada pela truculência discriminatória dos governantes, como direito social contemplado no art. 6º da Constituição Federal, a Educação deveria estar protegida pelo Princípio da Vedação do Retrocesso, o qual afirma que as vantagens e garantias sociais conquistadas não podem ser perdidas, sob pena de incorrer em flagrante ato inconstitucional. Ora, a educação no campo é conquista social, é a universalização do ensino, é a escola adentrando locais esquecidos e alcançando populações historicamente abandonadas. A alternativa oferecida pelo governo de garantir para outras escolas, na prática significa tirar os estudantes da sua casa, do seu lar de pertencimento, colocá-los em transportes precários nas estradas descuidadas em viagens diárias de ida e volta, e concorre para desfavorecer ainda mais o alcance dos pedagógicos tanto para o estudante quanto para a própria escola que receberá. Pois são grandes as contradições ao se afirmar preocupação com a qualidade do ensino quando, na prática, o mais indicado para atingir este objetivo seria diminuir a quantidade de estudantes por sala e não o oposto, como está sendo feito.*

O “número reduzido de matrículas” devia ser usado pelo sistema municipal de ensino para garantir a educação de excelência, com atividades específicas,

acompanhamento individualizado, entre outras inúmeras ações pedagógicas otimizadoras nestas escolas. Professores e professoras sonham com uma sala de com número ao menos razoável de estudantes, justamente para que possam desenvolver melhor seu trabalho. As escolas particulares, que têm melhor desempenho no ensino-aprendizagem, também têm salas de aulas com menos alunos, conforme mostram os indicadores educacionais do INEP de 2016. Melhorar o ensino, enchendo a sala de aula faz parte de uma lógica de quem não se importa efetivamente com a qualidade da Educação.

Estas poucas matrículas relatadas no meio do ano letivo podem também derivar de evasão escolar, posto que é uma mazela incontestada da rede municipal de Vitória da Conquista. Assim sendo, o fechamento das escolas é mais um atestado da incapacidade do sistema em face do que preconiza o inciso I do art.206 da Lei Maior, que trata sobre a garantia de acesso e permanência. A política do governo deveria versar sobre formas de transformar a escola num espaço atrativo sem prescindir de seus objetivos, mas ao que se parece, pretende-se ir pelos caminhos aparentemente mais fáceis. A decisão de fechar 8 escolas em zonas rurais é um anacronismo social absurdo e triste, algo impensável em qualquer administração séria e comprometida com o tema Educação.

Em maio de 2019, houve protestos de moradores da zona rural por conta do fechamento de mais 7 escolas. A população incendiou pneus no meio das estradas em forma de protesto.

A partir do dia 15 de maio de 2019, cerca de 7 povoados do distrito de Iguá, zona rural de Vitória da Conquista, ficaram sem escolas. A ação da prefeitura visa redimensionar o ensino municipal e os alunos serão transferidos para a escola central do distrito. A comunidade não aceitou a medida e realizou protestos.

Entre as escolas fechadas estão Escola Otaviano Salgado (Campo Formoso), Escola José de Alencar (Furadinho), Escola São Vicente de Paulo (Lagoa Formosa), Escola Assentamento Lagoa Nova, Escola Casimiro de Abreu (Juazeiro) e Escola Municipal Rancho Alegre (Rancho Alegre).

A população dos povoados citados, se reuniram para realizar uma manifestação naquela manhã contra a medida do governo municipal. Com o descaso da prefeitura municipal, até o momento da matéria da redação, o prefeito não havia se pronunciado

sobre o fechamento das escolas. Em entrevista a veículos de comunicação, o Secretário de Educação, Coronel Esmeraldino, já vinha defendendo o redimensionamento da rede municipal. Por contenção de gastos, escolas menores são fechadas e os alunos concentrados em apenas uma unidade.

E o transporte escolar– retirando as escolas da comunidade, a prefeitura terá como obrigação oferecer transporte escolar para deslocamento destes alunos até a escola na sede do distrito de Iguá. No entanto, desde o começo do ano há várias denúncias, por toda a zona rural, sobre a ineficiência do transporte municipal escolar, contendo relatos de escolas que estão com calendário comprometido por falta de transporte.

A revolta dos moradores que, por anos aprenderam a sair da ignorância, mais ainda é pouco, porque eles querem melhorias para seus filhos e não querem repetir na vida dos filhos o que foi em suas infâncias, ou seja, os mesmos erros, querem que eles aprendam, tenham um futuro diferente com melhorias e conhecimentos.

Capítulo III: ESTADO do MARANHÃO

No Estado do Maranhão, não é diferente, em uma denúncia ao canal Futura é denunciado as más condições de escolas na cidade de Imperatriz deste estado.

A educação no campo no Brasil, mais de 8 milhões de pessoas em idade escolar vivem na zona rural, onde estão cerca de 20% de nossas escolas. O desafio dessas unidades educacionais é enorme e vão desde a superação da falta de estrutura e de professores às altas taxas de abandono dos estudos. O resultado disso é que temos uma população acima de 15 anos no campo que não passou nem cinco anos na escola. A educação rural é tema de uma série especial do Jornal Futura e, na primeira reportagem de Dani Moura, conhece uma realidade bem distante dos grandes centros, no interior do Estado do Maranhão.

Uma reportagem no Fantástico mostra as dificuldades nas quais os moradores têm enfrentado com os descasos nas escolas, e a distância para chegar até o prédio escolar. A falta de estrutura tem prejudicado crianças, adolescentes, jovens e adultos para uma educação. São escolas esquecidas pelo poder educacional e governamental

REPORTAGEM DO FANTÁSTICO

No estado do Maranhão, uma reportagem com moradores do povoado Santa Rita do Moisés, no município de Codó, a 290 km de São Luís, os habitantes estão preocupados com o fechamento da escola Raimundo Muniz Bayma, onde cerca de 90 crianças e adolescentes estão matriculados. Eles afirmam que a prefeitura do município pretende remanejar os estudantes para outras escolas em povoados vizinhos.

As 109 famílias que vivem no povoado afirmam que não abrirão mão da mudança, apesar das centenas de problemas estruturais que o prédio da escola apresenta. A ideia da transferência dos alunos do ensino infantil e fundamental está preocupando os pais dos alunos, que reclamam dos problemas no transporte escolar que pode dificultar a ida das crianças à escola.

Moradora; - *“Acho que é porque não tem condição de fechar uma escola dessa em um povoado tão grande como esse, onde tem tanto aluno. Não tem como fechar uma escola dessa, como é que vai ficar meus filhos?”*, - afirma o lavrador Francisco da Costa.

Segundo a comunidade, no ano letivo de 2018, já estavam matriculados 97 adolescentes e outros 30 alunos matriculados para o período da noite. Para eles não houve a menor possibilidade de acordo com a Secretaria Municipal de Educação caso da insistência com fechamento da unidade.

Para a secretaria de Educação a quantidade de alunos matriculados não atinge o número mínimo exigido para o funcionamento de uma sala de aula. O secretário Paulo Buzar, reconheceu que há bastante crianças e adolescentes matriculadas no povoado, mas pediu que a comunidade experimente a mudança para uma escola vizinha antes de dizer não para a prefeitura. Embora, esse seja um número de 90 a 100 alunos, mas quando a gente divide em onze séries nós temos menos de dez alunos por turma, o que é insuficiente para formar uma turma regular, explica.

ENTREVISTA COM MORADORES

- “Quando temos a necessidade de irmos para o banheiro, nós vamos para o mato. Os alunos e a professora”, afirma uma mulher.

O que a reportagem mostra são escolas em que falta tudo, escolas que nem de longe lembram uma escola. O que não falta é a força de vontade de alunos, professores e pais que sofrem com as péssimas condições de ensino. Sofrem e ficam indignados. O Fantástico mostra a situação precária de escolas públicas em Alagoas, em Pernambuco e no Maranhão, são escolas na zona rural e pequenas comunidades, pequenos povoados. São escolas sem água potável, sem banheiro e até sem sala de aula. Um retrato do abandono do ensino público no Brasil.

Durante dois meses, os repórteres Eduardo Faustini e Luiz Cláudio Azevedo percorreram escolas públicas dos estados que tiveram as médias mais baixas no programa de avaliação internacional de estudantes (pisa).

“O percurso deles é em torno de 20, 30 quilômetros. Muitos acordam duas, três horas da manhã, para pegar um caminhão, para que esse caminhão leve até a rodovia, pára da rodovia vir de um transporte fornecido pela prefeitura do município: o ônibus escolar”, - conta um morador de Joaquim Gomes, em Alagoas. - *“A rua é assim desse jeito. Os meninos, a gente atravessa eles no braço, porque não quero ver eles molhado. Caderno, eles não dão”* - conta uma moradora de Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco. - *“Essa água não é ideal para ser tomada e, principalmente, dar ela para as crianças. Isso aí tem um germe total. Eu trabalho aqui, mas dela e também não bebo. Revela um homem. - “Tem aluno que até cai da carteira, principalmente os menores, da educação infantil”,* - diz uma moradora de Codó

- *“E, quatro anos sem receber farda, aqui, ó”* - conta uma mãe. *“sem receber farda, sem ninguém dar atenção para gente”,* - afirma uma outra mãe. - *“as crianças da gente são desprezadas aqui dentro”,* - reclama.

O Fantástico mostra a situação da entrada de uma escola municipal, em Jaboatão dos Guararapes, em Pernambuco. - *“Quando chove, a água invade, e chegam molhados, tudo sujo. Aí a situação. Aí não tem um bebedor, não tem papel higiênico.* Afirma a mãe de aluno- Maria Betânia Santos.

- *“É quatro anos sem receber farda, aqui, ó”,* - conta uma mãe - *“sem receber*

farda, sem ninguém dar atenção para gente”, afirma uma outra mãe. -“as crianças da gente são desprezadas aqui dentro”,-reclama. Revoltada, ela diz que as professoras pedem aos pais até material de limpeza:

“-Elas pedem a gente uma vassoura, pedem detergente. E o que for para botar aqui na escola. E tem vez que as pobrezinhas passam quase um mês sem receber. Aí como é isso? -Isso é a realidade de escolas públicas em Alagoas, em Pernambuco e no Maranhão.

Na mais recente pesquisa brasileira do programa internacional de avaliação de estudantes (pisa), esses estados estão entre os que tiveram as notas médias mais baixas. Os repórteres do Fantástico passaram dois meses registrando as condições de escolas nesses estados.

Fantástico: Que horas você sai de casa?

Williana: Soares (aluna): *quatro horas.*

Everton Guedes Cavalcante (aluno): *a hora que eu saio de casa, o máximo é 4h10, mas me acordo 3h50min. -Só tem um jeito para o Everton e para a Williana irem à escola: de caminhão. “Tem uma base de uns 55 alunos que nós vai (sic) nesse caminhão.*

- Só que tem a dificuldade da estrada”, -explica o motorista José Fernandes Melo. - É uma estrada de terra. Depois dessa viagem, em Joaquim Gomes, em Alagoas, é que eles pegam o ônibus escolar da prefeitura. Mas e quando chove?

“-Com dia de sol, nós consegue (sic). Quando choveu, não consegue chegar aqui”, conta o motorista. “-O jeito então é ir... “andando. Fora a ladeira que tem para subir”, conta Williana.

- Ou então... “é ficar em casa mesmo, sem poder ir para a escola”, admite Everton. - Já em Lagoa Grande, em Pernambuco, quem não tem caminhão vai de charrete.

Seu Francisco diz que a filha, Rosileide, se queixa quando a escola não pode funcionar.

Em Codó, no Maranhão, o André e o primo dele, o Eduardo, são vaqueiros de manhã, à tarde, caminham 35 minutos até a escola.

-Por lá, falta quase tudo. Não falta carinho. “Vocês são guardados no lado esquerdo do meu coração. Então, sejam bem-vindos mais este ano que nós temos

aqui para trabalhar, para melhorar, para ver os nossos acertos”, diz André um dos filhos do seu Francisco, se referido com a professora os recebia.

Em Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco, se chegar a uma escola assim não é fácil, entrar também pode ser bem difícil, como foi visto no início da reportagem. Na frente de outro colégio da mesma cidade, a situação é pior ainda: o esgoto está aberto. E ainda uma terceira escola enfrenta o mesmo problema, no mesmo município. - “Está há seis anos assim.

Agora, é o que a gente diz para as mães: nós como funcionários vamos entrar. Nós somos funcionários, precisamos preservar a escola aberta para o aluno”, -**diz a secretária escolar Maria Vieira de Araújo.**

Fantástico: como que a senhora chegou hoje para dar aula? Qual foi a situação que a senhora deixou *todas as cadeiras*?

Professora: - *Boto todo mundo pro canto, e coloca baldes aqui. A água desce todinha pela parede. Inclusive eu já perdi trabalhos que a gente realiza trabalhos com os alunos, coloca nas paredes em exposição, mas aí desce tudo, molha tudo. Você pode pensar que é uma cidade muito longe dos grandes centros, mas não é: Jaboatão encontrou na sala de aula?*

Auriele Galvão (professora): *A escola toda estava alagada. Não é goteira, é chuva mesmo. Eu afasto todas as cadeiras, boto todo mundo pro canto, e coloca baldes aqui. A água desce todinha pela parede. Inclusive eu já perdi trabalhos que a gente realiza trabalhos com os alunos, coloca nas paredes em exposição, mas aí desce tudo, molha tudo.*

A realidade das escolas públicas é de precariedade, nas cidades grandes, há um meio de escolhas de escolas, pois as escolas da periferia são de qualidade inferior, enquanto as escolas públicas bairros nobres a qualidade do ensino é superior. Nas zonas rurais, os pais não têm escolha, se aquela escola fecha, o jeito é mandar os seus filhos para a próxima escola, além de longe, são obrigados a enviar as crianças em transportes de péssimas condições, correndo sérios riscos de acidentes.

Capítulo IV: CONCLUSÃO

Com tudo isso, percebe-se as evidências do crime contra a classe trabalhadora, com o fechamento de escolas do campo, em meio ao discurso sobre a Pátria Educadora e argumentos sobre a tática a ser desenvolvida para reverter este processo que não permitirá que os problemas do analfabetismo, acesso, permanência, estrutura e financiamento das escolas sejam resolvidos nos próximos anos. Durante a realização da primeira reunião da Comissão Nacional Pedagógica do Pronera/Incra/MDA, em Brasília-DF, no período de 15 a 18 de julho de 2015, e encomenda do Editor chefe do presente periódico, sobre o documento estratégico da Secretaria de Assuntos Estratégicos do Governo Federal e o lema adotado pela presidenta Dilma Rousseff em seu segundo mandato – Pátria Educadora. O texto se situa, também, entre os que disputam posições em todos os espaços onde se fizerem necessárias as lutas em defesa das reivindicações dos trabalhadores, organizados em movimentos populares, em especial no campo brasileiro.

Durante todo o estudo de pesquisa prévia, percebe-se que a região do nordeste é o ponto principal do esquecimento ou abandono da educação, embora grande parte das escolas da zona rural tenham sido fechadas em todas as regiões do Brasil, a região do nordeste foi a mais afetada com o fechamento. Ainda que a educação seja um direito garantido por leis, o fenômeno do fechamento das escolas do campo cresce desastrosamente no Brasil, impedindo que milhares de sujeitos do campo tenham acesso à escolarização na comunidade rural em que vivem. Isto vem acarretando a sobrevivência daqueles.

É preciso que as leis Constitucionais que prevê os direitos a todos de ir e vir à escola façam valer os direitos educacionais no campo e criar Políticas Públicas voltadas a essa população, estudando as suas regiões, e por se tratar do campo, conhecer o solo e qual a forma de um bom plantio, o solo rochoso. Estudar as plantas, e saber identificar quais seriam medicinais e comestíveis para animais ao se tratar de cada região, seca, arenosa, chuvosa. Tudo isso facilitaria a vida do camponês

Estudar o Climatempo, assim, facilitaria para que eles soubessem qual a melhor época para a plantação adequada. Com isso, ambos aprenderiam a fazer suas

negociações no seu agronegócio, diminuindo a fome e a miséria do país, e as cidades não se tornariam crescendo desastrosamente com pessoas que vem do campo analfabetas e desqualificadas para o mercado de trabalho nas quais tem acabado morando nas ruas e aumentando as favelas nas grandes cidades.

Uma vez que as escolas do campo se fecham, nega-se o direito da comunidade rural adquirir conhecimento através da escolarização e exercer, além de uma qualidade de vida na sociedade, eles perdem os direitos de desenvolver os estímulos intelectuais nos quais necessitam, onde se traz uma mudança para a classe que trabalha com a agrícola. Eles perdem de conhecer os seus direitos e deveres como cidadãos, e isso priva-os de reivindicar os seus direitos nos quais estabelece a Constituição.

A comunidade rural não tendo conhecimento, eles ficam a mercê de um de uma sociedade desigualitária, escravos do feudalismo, e, para buscar melhorias de vida, permanecem no círculo vicioso de ir para a cidade grande com o sonho de trabalhar e conquistar sem nenhuma instrução ou analfabetos, não conseguem entrar no mercado de trabalho, acabam morando nos morros, favelas e nas ruas embaixo de viadutos das grandes cidades. Outros por não conseguirem uma instabilidade, o caminho que resta é a criminalidade, aumentando a violência, deixando a população da zona urbana prisioneira, sem liberdade por conta de que as leis privaram pessoas de uma cultura e garantias de melhores educação e cultura a aqueles que necessitavam e necessitam de aprendizado e escolarização.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer 36/2001. Diretrizes operacionais para educação básica nas escolas do campo. Disponível em <https://portalmec.gov.br>

Da educação rural à educação do campo: uma trajetória...Seus desafios e suas perspectivas.

SOUZA, Daniela da ROSA - CAETANO, Maria Raquel -(acesso em 2021)

CALDARETE, Roseli Salete. **A escola do campo em movimento.** IN: Por uma educação do campo Rio de Janeiro: vozes, 2011- (acesso em 2021)

FOQUIN. Jean - Claudie. **Escola e cultura: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar.** Porto Alegre: 1993 (acesso em 2021)

GHEDIN, Evandro. Nascimento. **Educação do campo: epistemologia e práticas.** São Paulo Cortes, 2012 (acesso em 2022)

GOMEZ, A.I. Perez. **A aprendizagem escolar: da didática operatória da reconstrução da cultura em sala de aula.** IN: PIRES, Ângela Monteiro. Educação do campo como direito humano. São Paulo Cortez 2012.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola rural urbanização e políticas educacionais.** São Paulo Cortez, 1999

SIMÕES, William; TORRES, Miriam Rosa. **Educação do campo por uma superação da educação rural no Brasil,** Curitiba 2011.Acesso em 2022,

disponível em

<http://acervodigital.ufpr.br/betstream/handli>

TEIXEIRA, Michele Freitas. A luta dos movimentos sociais camponeses pela educação e sua concepção de formação de educadores do campo.

IN: CAVALCANTE, Cacilda Rodrigues. COUTINHO, Adélia Ferreira (orgs). **Movimentos sociais e educação do campo.** Curitiba Paraná CRV, (acesso em 2022) **Os desafios da educação no campo conexão canal futura**

Os desafios da educação no Campo- Conexão Futura – Canal Futura (acesso em outubro de 2022).

FONTES;

blogdosena.com.br/2019/05/15-conquista-prefeitura-fecha-escola (acesso em 2022).

[um vídeo com famílias denunciando o fechamento de 9 escolas em seu canal do Youtube.](#) (Acesso em maio de 2022)

www.simmp.com.br>governo-herzem-mercado-fechamento-escolas-zonarual/ (Acesso em 2022)

<https://blogdorecao.com.br>

www.uece.br>ebooks>livro3

<https://repositorio.ufscar.br>

<https://g1globo.com> por G1MA- São Luís (acesso em abril 2022)